



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____

Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 9 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 10 DE MAIO DE 2017.**

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Proc. N.º MB - 15/2017: “Requalificação Urbana do Centro de Salvador” – Formação de Contrato de Empreitada de Obras Públicas; -----
2. Proc. N.º MA - 09/2017 – Decisão sobre erros e omissões da empreitada de Obras públicas: “Requalificação do Centro de Saúde de Penamacor”; -----
3. Proposta de “Interesse Público Municipal” de Regularização de Atividade Económica – Atividade Agropecuária; -----
4. Apoio ao Rancho Folclórico de Penamacor; -----
5. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 21 de abril do ano de dois mil e dezassete, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Presidente António Soares deu conhecimento da sessão de apresentação do projeto da nova adutora de abastecimento de água a Penamacor a partir da estação de tratamento da barragem da Meimoa, que contou com a presença do Senhor Presidente das Águas do Vale do Tejo, Sr. Engenheiro José Manuel Sardinha. Salientou o investimento por parte das Águas do Vale do Tejo, que vão proceder à reabilitação do sistema de abastecimento, num investimento global de quatro milhões e meio de euros, visando acabar com os problemas de abastecimento e melhorar a qualidade da água.

O Senhor Presidente para cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 49º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017, entregou aos senhores vereadores informação da celebração/renovação dos contratos de aquisição de serviços, documento anexo à presente ata, ficando a fazer parte integrante da mesma. -----

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho deu conhecimento da realização no próximo domingo de uma feira intercultural, organizada pela Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Penamacor e a comunidade estrangeira residente no concelho. A feira contará com muita animação, artesanato, velharias, antiguidades e gastronomia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 – PROC. N.º MB – 15/2017: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE SALVADOR” – FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor Chefe de Divisão de Obras, Eng.º Raúl Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira que se transcreve: -----“Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos atualizado, autorizar a abertura do Concurso Público para formação de contrato de empreitada “Requalificação Urbana do Centro de Salvador”.

O valor estimado da despesa é de € 180 546,88 acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encargos esses que têm cabimento no orçamento do corrente ano sob as classificações: Orgânica 02, Económica 07010413 – Outros. A verba disponível este ano é de € 191 379,69 (cento e noventa e um mil trezentos e setenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos). -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente propostas, que dela fazem parte, nomeadamente: Despacho, Informação n.º 142/2017, de 05/mai./2017, respetivo Documento de Cabimentação da Despesa. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

A abertura do procedimento com recurso a Concurso Público com vista a formação de contrato de empreitada; -----

Autorização para realização de despesa. -----

Aprovação do projeto, programa de concurso e caderno de encargos, conforme estabelecido na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Nomeação do júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos atualizado, designando os seguintes elementos: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Raul Álvaro Caldeira Tudela Laranjeira, Chefe de Divisão, que preside; -----

Maria Helena de Jesus Lopes, Técnica Superior; -----

Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão, 1.º Suplente; -----

José Luís Gil da Silva Leitão, Técnico Superior, 2.º Suplente; -----

Mais proponho que a deliberação seja aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que com a maior brevidade possa desencadear-se o procedimento de formação do contrato”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

2 – PROC. N.º MA – 09/2017: DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS: “REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE PENAMACOR”. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que _____ se _____ transcreve:

-----“Estando a decorrer o prazo para apresentação de propostas no procedimento de formação de contrato de empreitada mencionado em epígrafe, o concorrente, EFIMA – Eficiência, Instalações e Manutenção, Lda., apresentou lista de erros e omissões. Sobre a mesma pronunciou-se a empresa responsável pela execução do projeto, CMVS – Projetos de Engenharia, Lda.. Com base nos esclarecimentos assim prestados, pronunciou-se o júri do procedimento nos termos que constam da respetiva ata, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

Em consequência da aceitação de alguns dos erros identificados pelo concorrente, verifica-se uma alteração do preço base do procedimento, que deixa de ser de € 431 934,00 para passar a ser de € 431 895,66. -----
Sendo o preço base um aspeto fundamental das peças do procedimento, constata-se a necessidade de prorrogar o prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 64.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos. --

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Posto isto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere o seguinte: -----

1. Aceitar e rejeitar os erros e omissões identificados pelo concorrente EFIMA – Eficiência, Instalações e Manutenção, Lda., em conformidade com a proposta do júri e nos termos da respetiva ata e mapa anexo, que se fundamentam nos esclarecimentos do projetista, ao abrigo da competência prevista no n.º 5 do artigo 61.º do CCP. No mesmo mapa são identificados os termos do suprimento dos erros e omissões aceites, em conformidade com o n.º 6 do mesmo artigo 61.º. -----

2. Prorrogar o prazo para apresentação das propostas, que foi oportunamente suspenso nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do CCP, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo a 8 de abril de 2017 até à publicação da decisão que agora se propõe para aceitação dos erros e omissões, como determina o n.º 2 do artigo 64.º do CCP”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – PROPOSTA DE “INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL” DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÓMICA – ATIVIDADE AGROPECUÁRIA.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que _____ se _____ transcreve:

-----“Nos termos da alínea a) do n.º 4 do art.º 5º do Dec. Lei 165/2014 de 5 de Novembro, prorrogado pela Lei n.º 21/2016 de 19 de julho, que define o regime extraordinário de regularização de estabelecimentos e explorações que não disponham de título válido de exploração; a qual compagina a atividade pecuária de acordo com o seu art.º 1º; propõe-se a aprovação da presente proposta que visa o reconhecimento como de “interesse público municipal” a regularização da atividade pecuária exercida no local de Taliscas e Salgueiral, nos artigos rústicos 228 e 229 respetivamente, pertencentes à secção AG da



Livro: ____/____

Folha:

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

freguesia de Penamacor. A proposta de interesse público em questão, colocada à consideração da Câmara, é fundamentada nos termos que se apresentam de seguida para que possa consubstanciar deliberação a emitir pela Assembleia Municipal.

Assim, poderá ser considerada de “interesse público municipal” a atividade agropecuária que vem sendo exercida desde 1999 no local supra referido. A referida atividade que se exerce em regime intensivo implicou à época a construção de pavilhões de apoio à agropecuária que abrangem uma área superior a 9.500 m². A operação urbanística embora consentida nunca pôde ser regularizada, tendo em conta o regulamento do P.D.M. em vigor que impunha um limite de 2.000 m² de área bruta de construção a estas edificações. A revisão ao Plano contemplou esta lacuna não impondo limites de área a este tipo de atividades, tendo em conta que os limites de edificabilidade estão já definidos na legislação que impõe estudos de impacto ambiental, (Dec. Lei 151-B/2013 de 31 de Outubro). Sanada a questão regulamentar parecia não haver entrave a um normal licenciamento não fosse que para o novo Plano o local das referidas edificações ter ficado integrado pela tipologia de áreas de “máxima infiltração”, pertencente à Reserva Ecológica Nacional. Constatou-se que uma vez mais a reposição da legalidade urbanística pelas normais vias consagradas nos artigos 102º e 102-A do RJUE se vê frustrada. Desta forma não resta alternativa senão promover a legalização pretendida através do regime extraordinário de regularização em vigor, conforme a Lei n.º 21/2016 de 19 de julho.

Pelo exposto conclui-se que tendo sido edificadas e consentidas em 1999 as referidas instalações, localizadas então em solo “Agro-Florestal”, segundo a Planta de Ordenamento do PDM então em vigor, (PO.3); cuja classificação admitia desde logo o exercício da atividade de agropecuária pretendida, sem que tenham sido violados os regimes das “Reservas Ecológica” e “Reserva Agrícola” em vigor; limitando-se então a desconformidade das edificações



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

relativamente ao PDM a ser unicamente a disposição regulamentar que impunha o limite de 2.000 m² para a área edificável afeta a instalações agropecuárias; limite entretanto abolido no novo Plano, por ser considerado um fator francamente penalizante dessas mesmas atividades; entendendo a sua rentabilidade como fruto da economia de escala, associada à dimensão do empreendimento de acordo com os preços de mercado à produção. -----

Admitindo ainda que à data de publicação do primeiro regime de “Avaliação de Impacte Ambiental” dado pelo Dec. Lei 69/2000 de 3 de Maio poderia a Câmara em sede própria promover uma “alteração em regime simplificado” ao Plano então em vigor, conforme o disposto no art.º 97º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT, Dec. Lei 380/99 de 2 de setembro, visto que estava já consagrado em diploma legal o limite de área a partir do qual se obrigava à avaliação e impacte ambiental, tornando redundante o limite imposto em regulamento. -----

Acresce a estas considerações de natureza legal a simples evidência de que estamos perante uma das poucas instalações agropecuárias existentes no concelho com dimensão e tecnologia integrada que permite a designação de agroindústria, área em que o concelho é carente. Notar ainda que a infraestrutura existente pode acumular outras valências na área agroindustrial, estando prevista a sua reconversão em entreposto de engorda de gado, atividade que será complementar para várias unidades de criação de grandes herbívoros em regime extensivo existentes no concelho. -----

Pelos motivos expostos pode considerar-se como de interesse municipal a regularização da ação edificatória consentida, tendo em conta a natureza estratégica de um empreendimento que já deu mostras de se ter sedimentado no meio, que se apresenta com sede fiscal no concelho e apresenta potencial empregador, participando na economia local”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

4 – APOIO AO RANCHO FOLCLÓRICO DE PENAMACOR. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____

Folha: _____

A Senhora Vereadora Ilídia Cruchinho comunicou ao órgão executivo o seu impedimento no âmbito do assunto agendado, com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se então da sala onde decorreu a reunião. O Executivo, aprovou por unanimidade a declaração de impedimento. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“É atribuição dos municípios zelar pelos interesses das respetivas populações, quer seja de forma direta quer através da atribuição de apoios a outras entidades. Os municípios têm ainda atribuições nos domínios do património e da cultura, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor encontra-se a organizar a 11º edição do Encontro de Música Tradicional de Penamacor que deverá realizar-se no próximo dia 18 de junho, evento de interesse cultural que contará com cerca de 170 participantes oriundos de grupos folclóricos de todo o país. Com esta iniciativa vai o Rancho mais uma vez promover a dinamização da vila, mobilizando não apenas residentes em Penamacor mas também nas restantes freguesias do concelho e sobretudo atraindo visitantes de outros lugares. -----

O Rancho Folclórico de Penamacor tem ainda prevista no seu plano de atividades a participação em inúmeros eventos e iniciativas, muitas das quais implicam deslocações em representação do Município e para divulgação do seu folclore. -----

Assim, propõe-se que, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado atribuir ao Rancho Folclórico de Penamacor um apoio financeiro no valor de 3.000,00€, para apoiar a sua participação em atividades de natureza cultural ou recreativa, dentro ou fora da área do Município, designadamente para fazer face às



Livro: ____/____

Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

despesas com deslocações e de logística, com ensaios, com pagamentos ao acordeonista etc. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA". -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Finda a deliberação, a Senhora Vereadora regressou à sala de reuniões. -----

5 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.997.402,43 euro e uma despesa também acumulada de 2.819.841,88 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata.

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e quinze minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares